



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro de Estado das Relações
Exteriores, Embaixador Mauro
Vieira, informações sobre Jenife
Silva, cidadã brasileira encontrada
morta em território boliviano.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, solicitação de informações sobre a cidadã brasileira, Jenife Silva, encontrada morta em território boliviano. Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

1) Já foram estabelecidos contatos formais com as autoridades bolivianas responsáveis pela investigação e quais informações específicas nos foram transmitidas sobre as circunstâncias do crime e seu atual estágio investigativo?

2) A família da vítima está recebendo acompanhamento adequado de nossa representação consular e quais medidas práticas já foram tomadas para auxiliá-los no processo de repatriação do corpo?

3) Existem antecedentes de casos semelhantes envolvendo cidadãos brasileiros na Bolívia nos últimos cinco anos, e como foram conduzidos pelas autoridades locais e por nossa representação diplomática?





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

4) Qual é o contexto atual das relações bilaterais Brasil-Bolívia no que diz respeito à cooperação em matéria criminal e como isso pode influenciar o tratamento dado a este caso específico?

5) Quais são as implicações jurídicas caso confirmemos negligência ou falta de empenho por parte das autoridades bolivianas na condução das investigações, e quais mecanismos diplomáticos temos à disposição para pressionar por maior celeridade?

6) Existe alguma indicação de que o crime possa ter motivações além das inicialmente apontadas, como envolvimento com grupos criminosos transfronteiriços ou tráfico de pessoas, que demandariam uma abordagem mais ampla do caso?

7) Considerando a proximidade territorial e os fluxos migratórios entre Brasil e Bolívia, quais medidas preventivas nossa pasta poderia propor ou implementar para aumentar a proteção consular de cidadãos brasileiros naquele país, especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade?

Justificativa

Em abril de 2025, a cidadã brasileira Jenife Silva foi encontrada morta em território boliviano, em circunstâncias que apontam para um feminicídio. As autoridades bolivianas iniciaram investigações, tendo como principal suspeito um cidadão boliviano com quem a vítima mantinha relacionamento afetivo. O caso ganhou atenção da imprensa brasileira, gerando preocupação sobre a segurança de brasileiros no país vizinho.

A representação diplomática brasileira na Bolívia foi acionada para acompanhar as investigações e prestar assistência à família da vítima, incluindo os procedimentos de repatriação do corpo. De acordo com os tratados bilaterais, as autoridades bolivianas têm jurisdição primária sobre o crime, mas o Brasil pode solicitar informações e oferecer cooperação técnica.

O caso demanda atenção especial do Ministério das Relações Exteriores, considerando o possível impacto nas relações bilaterais e a necessidade de assegurar que as investigações sejam conduzidas com rigor e





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

celeridade. Recomenda-se o estabelecimento de canais diretos de comunicação com autoridades bolivianas e a designação de um oficial consular dedicado ao caso. A situação também evidencia a necessidade de avaliar medidas preventivas para a proteção de cidadãos brasileiros, especialmente mulheres, em território boliviano.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 7 de abril de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM

